



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Vieira, Pedro Antonio

As especificidades da mercadoria força de trabalho: Marx revisitado

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 34, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 193-204

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325404008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



As especificidades da mercadoria força de trabalho: Marx revisitado

Pedro Antonio Vieira

Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: pavieira60@gmail.com

RESUMO. Partindo da noção de mercadoria fictícia de Polanyi, este artigo procura mostrar as inconsistências lógicas e os silêncios nos argumentos apresentados pelo pensamento econômico para considerar o trabalho ou a força de trabalho uma mercadoria como outra qualquer. Como a influência de Marx sobre os movimentos anticapitalistas é muito grande, considera-se necessário mostrar sua contribuição para o que denominamos economicismo científico. Segundo o caminho aberto pelos clássicos, Marx assumiu a força de trabalho como mercadoria e sobre este suposto construiu seu edifício teórico. Para questionar esse suposto, procuraremos mostrar que a força de trabalho não se enquadra na definição de mercadoria da qual parte Marx.

Palavras-chave: mercado de trabalho, economia política, Marx, força de trabalho, economicismo.

The specificities of the labor power commodity: Marx revisited (the labor power commodity: Marx revisited)

ABSTRACT. Coming along with Polanyi's ideas of fictitious commodity, this paper seeks to reveal the logical inconsistencies and silents in the economic science arguments on the labor force as a commodity. Once Marx's influence on the anti-capitalist movements is outstanding, we need to show his contribution, through his economic thought, to the scientific economicism. As is well known, when proposed that the commodity sell by the worker was the 'labor force' instead the labor, as the classical economists used to say, Marx was able to built his theory on the capitalist economy theory, which relies on the concept of surplus value.. That is the reason why the paper is specially concern with the failures or weaknesses present in one of the huge Marx contribution to the economics thought: the concept of labor force.

Keywords: labor-market, political economy, Marx, labor force, economicism.

Introdução

O presente texto pretende ser uma contribuição à crítica de um importante esteio do sistema capitalista mundial: 'o economicismo científico'. Para tanto, questionaremos os fundamentos científicos da 'crítica da economia política', que, segundo seu formulador, Karl Marx, restauraria a validade científica da Economia Política. Faremos isso problematizando o conceito de força de trabalho, um dos pilares da teoria econômica de Marx. Por que realizar a ingrata tarefa de criticar as concepções econômicas deste gigante que foi Karl Marx? Porque estamos convencidos de que uma das mais importantes causas das atrocidades cometidas pelo homem moderno é a criação e a difusão generalizada da ideia da existência real, incontestável mesmo, de um mercado de trabalho, ideia que é, ela mesma, o resultado de

[...] um enraizado hábito de pensar peculiar às condições de vida deste tipo de economia que o século dezenove criou em todas as sociedades industrializadas. Essa mentalidade personifica-se na *market mind* (POLANYI, 1977, p. 9, grifo nosso).

Uma vez que o mercado foi aceito como instituição organizadora da vida econômica, a ideia da existência de um 'mercado de trabalho' se impôs naturalmente, alterando-se radicalmente no imaginário social a visão sobre a vida em sociedade. Nessa perspectiva economicista, em lugar de serem vistos como membros de uma coletividade a cuja sorte suas vidas estavam indissoluvelmente ligadas, os indivíduos passaram a ser vistos como 'coisas' que podiam ser compradas e vendidas, que em alguns momentos podiam ser escassas, em outros, excessivas, e que podiam ser descartadas ou substituídas por 'modelos' mais novos e/ou mais baratos.

Não é difícil perceber que uma concepção tão inusitada do ser humano não podia ser aceita sem que, simultaneamente às tentativas de sua imposição pelos fatos – em geral violentos – houvesse também a criação de um quadro mental que desse sentido a essas inovações, incompreensíveis no quadro mental anterior. Essa foi a tarefa assumida pela Economia Política, cujo objeto de análise são os fatos e motivações econômicas que aconteceriam em uma

sociedade econômica cujo componente típico seria o homem econômico¹.

Essa visão de mundo adquiriu tal força que o próprio Marx foi seduzido pela possibilidade de encontrar na Economia Política – ainda que transformada pela crítica – uma explicação consistente para o funcionamento da sociedade burguesa. Essa pretensão de elevar o ganho monetário à condição de motivação *par excellance* das atividades humanas é o que denominamos economicismo².

Além desse reducionismo economicista, o século dezenove se caracterizou também pela consolidação da hegemonia do pensamento científico que, a partir de então, passa a ser considerada única forma legítima de reflexão sobre os problemas do homem e da sociedade. É o cientificismo. Nesse contexto, todo discurso sobre o funcionamento da economia, para ser legítimo, teria de ser científico. Juntos, esses dois formam o ‘economicismo científico’, que consiste na apresentação da perspectiva parcial dos capitalistas – maiores defensores da preponderância absoluta do mercado – como um resultado da pesquisa científica desinteressada.

Um dos sustentáculos da racionalidade econômica, ou melhor, da ciência econômica, é a ideia de que o trabalho é uma mercadoria. Tal afirmação parece ter dois pontos de apoio: 1) os registros históricos, que dão conta da existência, desde os mais remotos tempos, de pessoas cuja sobrevivência depende – total ou parcialmente – da prestação de serviços a outrem, seja em troca de víveres ou de dinheiro. Como veremos no decorrer deste texto, há uma distância enorme, intransponível mesmo, entre esse fato e a proposição da existência de um mercado de trabalho, que implica, ao fim e ao cabo, que o próprio homem seja reduzido à condição de uma mercadoria qualquer; 2) uma operação lógico-conceitual, segundo a qual o fenômeno anteriormente descrito autoriza afirmar que o trabalho (Economia Política Clássica) ou a força de trabalho (Marx) pode ser considerado uma mercadoria como outra qualquer.

Até onde vai nosso conhecimento, Karl Polanyi tem sido o mais severo crítico da segunda proposição. Decididamente antieconomicista, a abordagem de Polanyi está exposta no capítulo 6, intitulado *O mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro* de *A Grande Transformação* e também no artigo *A Falácia Economicista (The Economicistic Fallacy)*, escrito na década de 1950.

¹“A era moderna testemunhou a emergência de um novo modo de considerar os fenômenos humanos e da delimitação de um domínio separado que evocamos correntemente pelas palavras economia, econômico” (DUMOND, 2000, p. 47). Ver também Polanyi (2000).

²Tievainen (2002) aborda a política do economicismo.

Como indica o título do capítulo acima referido, sua crítica só pode ser entendida no contexto da recusa à pretensão de subordinar toda a vida social ao mercado. Segundo essa pretensão, que bem se enquadra no que vimos chamando de economicismo, os seres humanos se comportam ou deveriam adotar comportamentos destinados sempre ao máximo ganho monetário. A recusa a olhar a vida humana pelas lentes do mercado levou Polanyi a dizer que o “[...] trabalho e terra nada mais são que os seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem” (POLANYI, 2000, p. 93). ‘Trabalho’, diz ele,

[...] é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida, que por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada.

Portanto, arremata ele, sua descrição como mercadoria é “[...] inteiramente fictícia” (POLANYI, 2000, p. 94).

Se a crítica de Polanyi pode ser considerada ‘externa’, no sentido de que não chega a verificar a consistência da lógica puramente econômica empregada para considerar que o trabalho ou a força de trabalho é uma mercadoria, o que fazemos neste texto pode ser qualificado como uma crítica interna, ‘na medida em que trataremos de analisar precisamente os fundamentos puramente econômicos daquela suposição’.

Continuaremos nossa argumentação mostrando o desenvolvimento prático e conceitual do trabalho como mercadoria, primeiro na Economia Clássica (seção 2) e depois na Crítica da Economia Política de Marx (seção 3). Na quarta seção, faremos a crítica desta última abordagem e encerraremos o texto com as reflexões finais (Seção 5).

O economicismo científico: a transformação de uma atividade humana vital – o trabalho – em ‘mercadoria’

A publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações*, por Adam Smith, é considerada o marco do surgimento da Economia Política como um novo ramo do conhecimento científico, ainda que, como veremos adiante, as reflexões de Smith não fossem exclusivamente econômicas. Ao contrário, suas análises econômicas estavam frequentemente misturadas com questões políticas e morais, entre outras.

No que concerne ao trabalho, Smith estabeleceu uma verdadeira revolução conceitual ao sustentar que a riqueza de qualquer nação depende da

quantidade e da qualidade do trabalho que essa nação possa dispor. Depois de mostrar que a moeda surgiu para permitir o comércio³, e tendo constatado as adulterações a que o dinheiro está sujeito, o pensador escocês viu-se na necessidade de investigar os “[...] princípios que regulam o valor de troca das mercadorias” (SMITH, 1958, p. 30). Para tanto, julgou necessário esclarecer “[...] qual é a medida deste valor de troca ou em que consiste o preço real de todos os bens” (SMITH, 1958, p. 30). Sua conclusão foi que

[...] el valor de cualquier bien, para la persona que lo posee y que no piense usarlo o consumirlo, sino cambiarlo por otros, es igual a la cantidad de trabajo que pueda adquirir o de que pueda disponer por mediación suya. El trabajo, por consiguiente, es la medida real del valor en cambio de toda clase de bienes (SMITH, 1958, p. 31).

Mas qual seria o valor do trabalho? Coutinho (1991, p. 118, grifos do autor) afirma que para Smith

[...] existirão dois valores para o trabalho. O valor para quem o despende – invariável – e o valor para quem emprega o trabalhador – variável na proporção das mercadorias que forem entregues como remuneração ao trabalho. O valor absoluto, ou ‘invariável’, é um atributo subjetivo, válido apenas para o trabalhador, já que ‘esforço é esforço’. Em última análise, para quem o despende, o trabalho não é mercadoria, mas uma referência existencial.

Como se pode explicar que Smith não tivesse ainda concebido a atividade humana como mercadoria? Para não oferecer uma resposta puramente lógica, vamos recorrer à história da aparição de indivíduos dispostos a prestar serviços – temporários ou permanentes – em troca de uma remuneração. Esse fenômeno novo, que só pode ter sido o resultado de mudanças sociais e políticas de consequências terríveis e que o pensamento econômico chama de formação do mercado de trabalho, será brevemente abordado em seguida.

Ao estudar a evolução da economia de mercado entre os séculos XV e XVIII, Braudel (1996) deparou-se com o que ele chama de mercados difusos: o dinheiro, as propriedades fundiárias e “[...] o trabalho, o esforço dos homens, para não falar do próprio homem” (BRAUDEL, 1996, p. 35). Destes, continua o historiador, “[...] o mais importante, segundo a ótica deste livro, é o trabalho”. Para Braudel, o problema então “[...] é ver como é que o homem, ou pelo menos seu trabalho, se torna mercadoria” (BRAUDEL, 1996, p. 35).

³Smith (1958, p. 29, nota 22) esclarece que em uma obra anterior ele já havia afirmado que o dinheiro surge quando os “[...] homens recorrem a uma mercadoria para comparar com ela o valor de todas as demais. Assim que foi escolhida esta mercadoria, converteu-se em valor de troca”.

Portanto, para ele, a transformação do trabalho em mercadoria é um fato incontestável, consistindo o problema em ver como isso aconteceu. E Braudel não se considera mal acompanhado, pois, muito antes dele, “[...] um espírito forte, como Thomas Hobbes (1588-1679), já pôde dizer que ‘a energia (diríamos a força de trabalho) de cada indivíduo é uma mercadoria’” (BRAUDEL, 1996, p. 36, grifo do autor).

Braudel retira essa afirmação de um comentador, e não diretamente de Hobbes. Este, como veremos mais adiante, não empregou – pelo menos quando, em *O Leviatã* (HOBBES, 1974), diz que o valor de um homem tem um preço – a palavra mercadoria, o que não impediu que o próprio Marx fizesse essa mesma interpretação.

De qualquer modo, Braudel considera que a ideia do trabalho-mercadoria já fora lançada por Hobbes, ainda que, como ele mesmo sublinha, não fosse ainda uma concepção corrente à época. Mas ele não duvida de que “[...] o mercado de trabalho – como realidade, se não como conceito – não é uma criação da era industrial [...]”⁴ (BRAUDEL, 1996, p. 37). Como se materializa esse mercado? Pela existência de homens que, desprovidos de terras e de outros meios de produção, trocavam sua capacidade de trabalho por dinheiro. “O homem que se aluga ou se vende desse modo passa pelo buraco estreito do mercado e sai da economia tradicional [...]”, conclui Braudel (1996, p. 37), que em sua pesquisa encontrou o fenômeno entre os mineiros da Europa Central nos séculos XV e XVI. Antes disso, no século XIII, a praça de Grève, em Paris, era um local de contratação de trabalhadores. O historiador, porém, tem consciência de que “[...] falta muito, claro, para que a evolução há tanto tempo iniciada chegue a seu termo[...]” (BRAUDEL, 1996, p. 37), quer dizer, até então ainda faltava muito para que a maior parte do trabalho socialmente necessário fosse realizada sob o regime de assalariamento.

Certamente o número de homens sem meios de produção crescia com a expansão da economia de mercado, que, como sabemos, implicava a destruição das formas de propriedade e das relações sociais tradicionais. No entanto, ainda em 31 de março de 1783, portanto, já em plena explosão do capitalismo industrial, “[...] um obscuro cônsul da França em Gênova, decretou um espírito atrasado em relação a seu tempo [...]” (BRAUDEL, 1996, p. 36) registrava

⁴Aqui se coloca uma questão muito complicada, pois Braudel está considerando que a realidade existe antes do conceito. Para o mercado de trabalho serve a advertência que nos faz Dumond (2000, p. 37) a respeito da economia: “Deveria ser evidente que não há nada que se assemelhe a uma economia na realidade exterior, até o instante em que construímos semelhante objeto. Uma vez feito isso, podemos descobrir em toda parte, em alguma medida, aspectos mais ou menos correspondentes”. Parece-nos evidente que, mundo do conceito de mercado de trabalho, Braudel está procurando os sinais desse fenômeno que, como previne Dumond, muito provavelmente será encontrado em toda parte.

seu espanto com a naturalização da mercadoria-trabalho. Escreveu ele: “[...] é a primeira vez, Monsenhor, que ouço afirmar que um homem pode ser considerado moeda (BRAUDEL, 1996, p. 36).

Esse pensamento, considerado anacrônico por Braudel, pode muito bem ser atribuído à inexisteência de um quadro mental capaz de dar significado à ideia de que as pessoas fossem equiparadas às coisas e que as atividades ligadas à produção material pudessem ganhar autonomia e preponderância frente a todas as demais. À época, certamente era inaceitável que todas as instituições reguladoras da vida, fossem elas, sociais, políticas e religiosas, fossem substituídas por uma única instituição: o mercado. Uma transformação dessa magnitude não se processaria sem reação:

A sociedade do século XVIII resistiu, inconscientemente, a qualquer tentativa de transformá-la em mero apêndice do mercado. Não era concebível uma economia de mercado que não incluísse um mercado de trabalho, mas estabelecê-lo, especialmente na civilização rural da Inglaterra, significava nada menos do que destruir totalmente o tecido tradicional da sociedade. Mesmo durante o período mais ativo da Revolução Industrial, de 1795 a 1834, impediu-se a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra através da Speenhamland Law (POLANYI, 2000, p. 99).

A aceitação desse novo mundo teria de ser precedida ou pelo menos acompanhada da criação de um novo quadro mental no interior do qual a mudança fizesse sentido. Esse novo quadro começou a ser desenhado no final do século XVIII pela mente e pela pena de Adam Smith e foi completado pelos desenvolvimentos posteriores da Economia Política, que tentou tornar inteligível uma economia regida pela ‘mão invisível’ do mercado.

Estamos, pois, de volta à história do desenvolvimento do conceito do trabalho como mercadoria.

Vimos acima que, segundo a interpretação de Coutinho (1993, p. 118), Smith considera que “[...] em última análise, para quem o despende, o trabalho não é mercadoria, mas uma referência existencial”. Essa perspectiva coincide perfeitamente com a de Polanyi, para quem, como vimos, o trabalho nada mais é que uma das atividades em que a vida transcorre. Portanto, podemos concluir que, mesmo o pai da Economia Política não estava totalmente ganho pela racionalidade econômica e por isso mesmo não podia deixar de notar que o trabalho não era uma mercadoria. Ou, pelo menos, Smith não se sentia à vontade para igualar o trabalho às demais mercadorias, ainda que tivesse um preço⁵. Como

assinalou Polanyi (1977, p. 11, grifo do autor), a contribuição de Smith foi

[...] incluir salários e rendas no grupo dos ‘preços’ e então, pela primeira vez, teve uma visão da riqueza das nações como uma integração das variadas manifestações de um subjacente sistema de mercado

Entre 1776 (ano da publicação de *A Riqueza das Nações*) e as duas primeiras décadas do século XIX, a transformação da economia inglesa foi gigantesca. De fato, foi na passagem do século XVIII para o XIX que os tradicionais sistemas de proteção à sobrevivência dos trabalhadores foram sendo rapidamente erodidos na Europa:

As guildas artesanais e os privilégios feudais só foram abolidos na França em 1790; na Inglaterra, o Statute of Artificers só foi revogado entre 1813 e 1814 e a Poor Law elisabetana, em 1834. O estabelecimento de um mercado livre de trabalho não foi sequer discutido, em ambos os países antes da última década do século XVIII, e a idéia da auto-regulação da vida econômica estava inteiramente fora de cogitação nesse período (POLANYI, 2000, p. 92).

Porém, já na primeira metade do século XIX, uma mudança gigantesca havia acontecido. Segundo Polanyi (1977), foi no período 1815-1845 que o mercado formador de preços passou a organizar a vida dos seres humanos como se eles fossem coisas. Naqueles 30 anos, “[...] a ficção da mercadoria, conforme foi aplicada ao trabalho e à terra, transformou a substância da sociedade humana” (POLANYI, 2000, p. 12).

As ideias econômicas acompanharam essas transformações e David Ricardo já tratou o trabalho como uma mercadoria. Nos *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817, ele afirma que

O trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas e cuja quantidade pode ser aumentada ou diminuída, tem seu preço natural e seu preço de mercado. O preço natural do trabalho é aquele necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua raça, sem aumento ou diminuição (RICARDO, 1982, p. 81).

Na sequência de sua exposição, Ricardo trata o trabalho como uma mercadoria qualquer e, por isso, sujeita à lei da oferta e da procura, que determinaria seu preço de mercado, ou seja,

[...] o preço que realmente se paga por este, como resultado da interação natural das proporções entre a oferta e a demanda. O trabalho é caro quando escasso, e barato quando abundante. Por mais que o preço de mercado do trabalho possa desviar-se de seu preço natural, ele tende a igualar-se a este, ‘como ocorre com as demais mercadorias’ (RICARDO, 1982, p. 81-82, grifos nossos).

⁵A simples observação permitia constatar que as pessoas exerciam atividades produtivas em troca de uma certa quantidade de dinheiro. Por analogia com as transações mercantis, essa quantidade de dinheiro só podia ser o preço.

Essa adequação observa Sweezy (1985), seria promovida pelas variações no volume da população trabalhadora.

Mas nosso economista não estava diante de uma verdadeira mercadoria. Poucas páginas à frente, lemos que “[...] o preço natural da mão de obra, [...] estimado em alimentos e produtos necessários” (RICARDO, 1982, p. 83), em absoluto é constante. Por quê? Simplesmente porque varia em um mesmo país em diferentes épocas e de país para país no mesmo tempo. “Depende essencialmente dos hábitos e costumes do povo” (RICARDO, 1982, p. 83). Assim, apesar de fazer o preço da mão de obra ‘depender essencialmente’ desses hábitos e costumes criados socialmente, Ricardo continua afirmando que o trabalho ou a mão de obra tem um ‘preço natural’.

Em suma, estamos em condições de afirmar que a Economia Política anterior a Marx já havia estabelecido, como uma espécie de axioma, que o trabalho ou a mão de obra, ou a capacidade de trabalho/força de trabalho⁶, era uma mercadoria como outra qualquer. Na próxima seção veremos como Marx tratou esse assunto.

O lugar da mercadoria força de trabalho na crítica da economia política

Como não podia deixar de ser, os conhecimentos de Marx a respeito da Economia Política ampliaram-se e alteraram-se profundamente desde o verão de 1844, quando “[...] já muito versado na filosofia alemã e no socialismo francês, [...] tratou então de se instruir na ‘ciência desoladora’” (WHEEN, 2001, p. 69, grifo do autor), convencido que estava, depois do estudo da filosofia do direito de Hegel, que “[...] a anatomia da sociedade burguesa [...] deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 1978a, p. 129).

As anotações das leituras que nesse período fez de Smith, Ricardo e James Mill foram publicadas em 1930 com o título de *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. A pesquisa continuou pelo menos até 1867, quando veio à luz *O Capital*, livro que condensa os resultados de mais de 20 anos de pesquisas sobre a economia capitalista.

Além de dificuldades de toda ordem e dos múltiplos interesses de Marx, essa longa e aparentemente interminável convivência com a Economia Política o impediou de realizar o plano de trabalho que elaborara entre 1858-1862, com seis temas, dos quais *O Capital* era o primeiro, seguindo-se *A Propriedade Fundiária*, *O Trabalho Assalariado*, *O Estado*, *O Comércio Exterior* e o *Mercado Mundial*. Caso tivesse realizado esses estudos e tivesse ainda escrito uma síntese geral, certamente Marx teria superado a

perspectiva estritamente econômica de *O Capital*, com o que se teria evitado, no interior do marxismo, a

[...] tendência a perpetuar a rígida separação conceitual entre o econômico e o político que tão bem atendeu à ideologia capitalista desde que os economistas clássicos descobriram a ‘economia’ na teoria e começaram a esvaziar o capitalismo de conteúdo político e social (WOOD, 2003, p. 27, grifo do autor).

Em outras palavras, o economicismo não teria encontrado terreno tão fértil.

Para nosso estudo interessa apenas destacar a frase inicial do Manuscrito: “O salário é determinado pela luta árdua entre o capitalista e o trabalhador” (MARX, 2001, p. 65). Não se vê aqui explicação economicista alguma dos salários, cuja determinação se daria no campo da política, no calor da luta de classes. Em *O Capital*, a ordem se inverterá e as determinações serão estritamente econômicas. Não porque Marx tivesse deixado de pensar que a luta de classes era o motor da história, mas porque se tratava de encontrar uma explicação que ficasse nos limites da ‘ciência desoladora’.

Outro exemplo de uma afirmação não limitada à perspectiva econômica é encontrado na conferência proferida por Marx na Associação dos Trabalhadores e que recebeu o título de ‘Salário, preço e lucro’. Aí, Marx diz que a tentativa de explicar porque uma parte da sociedade dispõe de meios materiais acima do necessário à sua subsistência, enquanto a maioria só pode viver vendendo continuamente sua força de trabalho, demandaria uma “[...] investigação do que os economistas chamam ‘acumulação prévia ou originária’, mas que deveria chamar-se expropriação originária” (Marx, 1978b, p. 81, grifo nosso). Ora, o capítulo XXIV de *O Capital* intitula-se precisamente ‘A Chamada Acumulação Primitiva’. A escolha desse título em lugar de *Expropriação Originária* mostra o quanto Marx pretendia que a lógica de *O Capital* fosse estritamente econômica. Já no discurso perante o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx não veste completamente a roupação dos economistas e pode então dizer que o que eles ‘teoricamente’ designam por acumulação pode ser chamado de expropriação. Esse ‘amadorismo’ ou flexibilidade linguística não mais terá espaço em uma obra científica como *Das Kapital*.

De fato, sua crítica à Economia Política, vale dizer, a superação das deficiências explicativas da ‘desoladora ciência’ exigiria de Marx conceitos novos. Entre esses conceitos, destaca-se o de ‘força de trabalho’, uma das contribuições mais aclamadas de Marx para a ciência da Economia Política⁷. Ao

⁶A versão brasileira do livro de Ricardo usa a palavra trabalho, enquanto o tradutor mexicano preferiu ‘mão de obra’.

⁷[...] a introdução deste termo (força de trabalho) por Marx, como Engels observou corretamente, constitui o elemento mais original e mais revolucionário de todo o seu sistema” (ARENNDT, 1981, p. 99).

criar esse conceito, o genial pensador alemão teria enfim resolvido o problema de explicar a origem do lucro com base no suposto de que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho gasto em sua fabricação. Sendo o trabalho uma mercadoria, seu valor também seria determinado pelo tempo de trabalho. Marx safou-se dessa aberrante tautologia afirmando que a mercadoria vendida pelo trabalhador não é o trabalho, e sim a ‘força ou capacidade de trabalho’, que ele define como

[...] o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva do ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (MARX, 1999, p. 197).

Distingue-se, portanto, do trabalho, que é a atividade, a ação da força de trabalho. Em suma, o trabalhador não vende a ação, mas a capacidade. O valor da força de trabalho, diz Marx, é “[...] determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução” (MARX, 1999, p. 200).

A esta altura é útil recordar a crítica que Marx fez a Ricardo, que, mesmo tendo afirmado que o salário era determinado pela quantidade de meios de subsistência tradicionalmente necessários à reprodução dos trabalhadores, não foi capaz de mostrar a base lógica para essa suposição. Preocupado em descobrir as leis que regem a economia capitalista, Marx (1980, p. 368) lhe pergunta: “[...] com base em que lei se determina o valor do trabalho?” Em lugar de submeter o trabalho à lei do valor, contesta Marx, Ricardo vai dizer que o valor da força de trabalho é determinado pela lei da oferta e da procura (MARX, 1980).

Marx, então, submete a força de trabalho à lei do valor e conclui que seu valor é também determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Com essa inovação conceitual, Marx encontrou uma explicação estritamente econômica para a origem da mais-valia, pois, em perfeita sintonia com a troca de equivalentes e a lei do valor⁸, pôde mostrar que a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e o valor nela incorporado.

Uma vez encontrado esse caminho, Marx permaneceu nos limites da Economia Política, vale dizer, adotou a perspectiva dos capitalistas, ou ainda, abraçou a *marketing mind*. Em outras palavras, Marx cingiu-se ao ponto de vista do mercado, ao economicismo. Essa não foi uma opção ingênua. Foi uma escolha metodológica consciente, pois o cientista Marx estava obrigado a obedecer aos

cânone da Economia Política, ou seja, deveria partir de suas premissas para mostrar o quanto suas (da Economia Política) conclusões estavam equivocadas.

Essa opção metodológica implicava que Marx devia rechaçar completamente qualquer questionamento à ideia de tratar os trabalhadores como mercadorias. Por isso classificou como

[...] sentimentalismo barato considerar brutal esse método de determinar o valor da força de trabalho, método que decorre da própria natureza do fenômeno (MARX, 2001, p. 203).

Oliveira (1997, p. 118-119) reconhece esse tratamento, que, segundo ele, não se deveria a um ‘reducionismo economicista’, e sim ao fato de Marx, em *O Capital*, ter decidido

[...] mergulhar na própria lógica interna das categorias da economia capitalista, visando fazer a crítica deste modo de produção a partir tão somente da reorganização lógica das categorias que viriam a revelar seu verdadeiro fundo coisificante da substância humana. [...] No caso do homem, sua redução a força de trabalho, determinação puramente quantitativa.

Na continuação deste ensaio, procuraremos mostrar que a natureza do fenômeno não é tão simples como julgava Marx e que o método por ele proposto talvez esteja muito longe de resolver o problema. Como observa Himmelweit (2001, p. 401),

Mas [Marx] nunca se empenhou em desenvolver uma análise completa dos problemas colocados pela determinação do valor da força de trabalho em vista ‘de sua natureza excepcional enquanto mercadoria’. A força de trabalho é produzida, ‘se produzida for a palavra’, fora da produção capitalista, por uma unidade constituída por outros além daqueles que a vendem.⁹ ‘Difere, portanto, de qualquer outra mercadoria, se mercadoria for a palavra’, pelo fato de que seu valor de troca não é o único objetivo de seus produtores, se é que estes têm um objetivo (grifos nossos).¹⁰

Na próxima seção, adicionaremos nossos próprios argumentos às críticas feitas por outros autores ao tratamento dado por Marx à ‘mercadoria’ força de trabalho.

As insuficiências da teorização de Marx a respeito da ‘mercadoria’ força de trabalho

Uma crítica a partir da teoria do valor

Para João Bernardo (1977a, b, 1991), as deficiências da análise de Marx a respeito da

⁸Marx rejeitava que o lucro pudesse ter origem na diferença entre o valor de compra e de venda, o que supõe a troca de não equivalentes. A lei do valor estabelece que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

⁹João Bernardo (1991) elaborou uma explicação de uma produção capitalista da força de trabalho.

¹⁰A continuação do texto é a seguinte: “A força de trabalho e o trabalhador são inseparáveis. E se isto constitui um problema para o capital, nem por isso deixa igualmente de constituir um problema para a compreensão da família de classe operária e do papel da força de trabalho em sua reprodução”.

mercadoria força de trabalho são decorrentes da opção metodológica de negar ao proletariado uma prática própria. Foi na posição de um militante revolucionário que João Bernardo (JB) fez um profundo estudo de *O Capital*, tendo seus resultados sido expostos nos três volumes de *Marx crítico de Marx* (BERNARDO, 1977). A tese central de João Bernardo é a de que na obra maior de Marx há uma contradição entre a ideologia do autor e a exposição da teoria, uma vez que Marx vacila ou oscila entre dois caminhos: apresentar sua obra como uma obra científica ou como uma racionalização, seja de suas próprias práticas, seja das práticas da classe trabalhadora¹¹.

Em *O Capital*, diz João Bernardo, não há

[...] nem meia linha neste sentido. [...] O proletariado é um ‘agente da produção’. Mas o proletariado teve, sempre tem, práticas extra-capitalistas e práticas anti-capitalistas, cujas realizações são distintas da rotina de funcionamento da produção [...] Sobre esta prática o Capital é inteiramente silencioso. Não que a negue. Ela nem sequer é posta como problema (BERNARDO, 1977a, p. 210).

Vejamos como esse suposto aparece na análise que faz o autor da abordagem da força de trabalho tal como aparece em *O Capital*. Como vimos, Marx sustenta que o valor da força de trabalho é determinado, como as demais mercadorias, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Bernardo discorda, pois

[...] a lei do valor, na sua segunda determinação¹², não se aplica à força de trabalho do mesmo modo que às outras mercadorias, pois os trabalhadores, ao contrário dos capitalistas, procuram incorporar em sua força de trabalho o máximo de tempo de trabalho¹³ (BERNARDO, 1977b, p. 102-103).

Esse procedimento, prossegue o autor,

[...] deve-se ao fato de o proletariado, como classe, não ter uma existência determinada unicamente no interior da produção capitalista, mas desenvolver relações práticas antagônicas ao capitalismo a partir do momento em que procede a quaisquer reivindicações mesmo que estas sejam, no seu processo e objetivos, parte integrante do capitalismo (BERNARDO, 1977b, p. 103).

¹¹“Marx não pensa, pois, o seu campo ideológico como decorrente de uma prática. Não decorre da prática dos capitalistas, nem dos proprietários fundiários, claro está, por que no seu nível de práticas de ilusões exprimem-se em ficções ideológicas desprezadas. Nem provém da prática do outro dos grandes grupos sociais considerados: o proletariado. Ou melhor, Marx não pensa a sua relação com a prática do proletariado, portanto o modelo ideológico que constrói para sua própria ideologia não implica esta relação” (BERNARDO, 1977a, p. 194).

¹²“¹ª determinação: o valor é incorporado pelo tempo de trabalho incorporado ao produto. ²ª determinação: o valor é determinado pelo tempo de trabalho médio necessário à generalidade das empresas para a produção do produto” (BERNARDO, 1991, p. 220).

¹³“Essa afirmação fica mais clara se lembramos que os trabalhadores estão sempre procurando aumentar o valor de sua força de trabalho, reivindicação que se expressa no aumento da quantidade e da variedade dos seus meios de subsistência.

O autor explicita porque discorda da afirmação de Marx, para quem o valor da força de trabalho determina-se de modo igual às demais mercadorias:

O evidente paradoxo que constitui na grande obra de Marx, a atribuição à força de trabalho de um comportamento similar ao de qualquer outra mercadoria decorre da impossibilidade ideológica em que Marx se encontrava de conceber uma prática do proletariado que não decorresse inteiramente da produção capitalista (BERNARDO, 1977b, p. 103-104).

Onde estaria a particularidade da força de trabalho? Responde João Bernardo:

A especificidade da mercadoria força de trabalho resulta, em última análise, do duplo campo institucional em que a sua prática se processa, um campo interno ao modo de produção capitalista e outro que lhe é exterior e antagônico (BERNARDO, 1977b, p. 106-107).

Segundo João Bernardo, Sweezy (1985) teria sido um

[...] dos raros discípulos de Marx que levanta a questão da diferença entre a mercadoria força de trabalho e as restantes mercadorias.

Ao estudar relação entre preço e valor, Sweezy (1985) expõe o princípio geral desta relação e se diz impressionado por um

[...] fato notável: a força de trabalho não é uma mercadoria comum!. Não há capitalistas que possam produzi-la, quando seu preço se eleva. De fato, não existe uma ‘indústria da força de trabalho’ no sentido em que existe uma indústria de tecidos de algodão. (SWEEZY, 1985, p. 77, grifo do autor)

Para esse autor “[...] parece haver certas dificuldades na aplicação da lei do valor à mercadoria denominada força de trabalho [...]” (SWEEZY, 1985, p. 77), o que está longe de ser uma questão única:

Há nisso mais do que um simples jogo de terminologia. Realmente, não é exagero dizer que ‘a validade de toda a estrutura teórica de Marx está em jogo.’ Para perceber isso, basta lembrar que a mais-valia, essencial à vida do capitalismo, depende da existência de uma diferença entre o valor da força de trabalho e o valor da mercadoria que o trabalhador produz. E se não houver houver forças que mantenham os salários iguais ao valor da força de trabalho, que razão haverá para suportar a existência desta diferença vital entre os salários e o valor do produtos (SWEEZY, 1985, p. 77, grifo nosso).

Para o mesmo autor, tanto os seguidores quanto os críticos de Marx não se deram conta da dificuldade lógica implícita na aplicação da lei do valor à mercadoria força de trabalho e que teria sido Oskar Lange, em um artigo de 1935, o primeiro a chamar atenção para as implicações que essa questão trazia para a estrutura do pensamento econômico de

Marx. De fato, para Lange (1935), “[...] o ponto crucial na teoria de Marx é a aplicação da teoria do valor trabalho à determinação dos salários”. No caso da força de trabalho, argumenta Lange, quando o preço de mercado sobe acima do preço natural, ameaçando, portanto, os lucros,

[...] não há possibilidade de transferir capital e trabalho de outras indústrias para produzir mais força de trabalho. ‘Neste aspecto, a força de trabalho difere fundamentalmente das outras mercadorias’ (LANGE, 1935, p. 8, grifo nosso).

Segundo Lange, Marx sustenta que é a formação do exército industrial de reserva que opera no sentido de manter a igualdade entre valor (preço natural) e preço (de mercado) da força de trabalho.

Essa solução é rejeitada por João Bernardo, para quem, por diversas razões, as demais mercadorias também apresentam estoques, frequentemente em “[...] proporções muito elevadas e que correspondem, *mutatis mutandis*, ao exército de reserva da força de trabalho.” (BERNARDO, 1977b, p. 110) Além de criticar o modelo de Marx, João Bernardo formula sua própria teoria sobre a produção da mercadoria força de trabalho, a qual “[...] não é produzida exteriormente ao capitalismo num âmbito privado. Ela é um produto capitalista, produzido no capitalismo.” (BERNARDO, 1991, p. 79) sua ideia de “[...] produção de trabalhadores por meio de trabalhadores” não separa tempo de trabalho e de não trabalho:

A realização do ócio e do sono, enquanto *input* da força de trabalho, faz parte de sua reprodução e insere-se por isso nos mecanismos da mais-valia relativa, sendo por estes inteiramente determinada. No âmbito doméstico, os trabalhadores continuam a proceder a dois tipos de processos produtivos: um deles é eventualmente, sobretudo para as mulheres, o trabalho ativamente destinado à reprodução da força de trabalho, isto é, à sua reprodução enquanto trabalhadores já formados. Um outro, o da produção de força de trabalho, ou seja, a produção por trabalhadores de novas gerações de trabalhadores (BERNARDO, 1991, p. 80-81).

Além do âmbito doméstico, a força de trabalho também é produzida em instituições especializadas (escolas, universidades, centros de formação profissional etc.), por meio de trabalhadores especializados. Estamos vendo que João Bernardo se coloca no exato oposto de Polanyi, pois considera que todo o tempo de vida do trabalhador é dedicado à produção. Em outras palavras, todos os momentos da vida são ‘momentos econômicos’. A vida dos assalariados transcorreria integralmente no âmbito da produção capitalista¹⁴:

A mulher doméstica de um marido assalariado numa empresa é uma trabalhadora também, laborando também no âmbito doméstico da produção (e reprodução) da força de trabalho, enquanto o marido reparte o seu período produtivo entre a empresa e a esfera doméstica. ‘A produção de força de trabalho surge assim desde o início e completamente inserida nos processos do assalariamento’ (BERNARDO, 1991, p. 84, grifo nosso).

Um outro aspecto em que a força de trabalho se diferencia das demais mercadorias é que sua produção não foi sempre levada a cabo por empresas privadas. Ao contrário,

[...] a maior parte das instituições especializadas na formação da força de trabalho [...] devia-se à iniciativa do aparelho econômico especificamente centralizador, o ‘Estado’ (BERNARDO, 1991, p. 86, grifo nosso).

Essa intervenção precoce do Estado na produção da força de trabalho não foi incorporada formalmente por Marx, que obviamente não a desconhecia.

Peculiaridades da força de trabalho não destacadas por Marx

Nesta subseção, realizaremos os primeiros movimentos de uma tarefa que

Marx nunca se empenhou em desenvolver: uma análise completa dos problemas colocados pela determinação do valor da força de trabalho em vista de sua natureza excepcional enquanto mercadoria (HIMMELWEIT, 2001, p. 401).

Para tanto, procuraremos, em dois textos em que Marx trata do tema, os silêncios a respeito das peculiaridades da mercadoria força de trabalho.

O essencial do tratamento teórico de Marx à força de trabalho e que vai aparecer dois anos depois na primeira edição de *O Capital*, encontra-se em sua conferência de 1865 para o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, publicada com o título ‘Salário, preço e lucro’. Nesta seção recorreremos a esse texto e a *O Capital*, que será nosso ponto de partida. Em *O Capital*, para demonstrar ‘Como o dinheiro se transforma em capital’, Marx foi levado a “[...] examinar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho”, que “[...] como todas as outras, tem um valor” (MARX, 1999, p. 200).

Assim, ele não tem dúvida de que a força de trabalho é uma mercadoria. Vale a pena analisar como ele justifica essa afirmação:

Thomas Hobbes, um dos economistas mais antigos e dos mais originais filósofos da Inglaterra já havia assinalado em seu Leviatã (HOBBES, 1974) instintivamente, este ponto que escapou a todos os seus sucessores. Dizia ele:

¹⁴Além dessa perspectiva, por ele também denominada ‘economia da submissão’, o autor vai analisar, dentro do que ele chama de “[...] economia dos

processos revolucionários”, a recusa dos trabalhadores a serem reduzidos a um fator de produção. Ver Bernardo (1991).

‘O valor de um homem é’, como em todas as outras coisas, o seu preço; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de sua força. Partindo desta base podemos determinar o ‘valor do trabalho’, como o de todas as outras mercadorias (MARX, 1978a, p. 80, grifos do autor).

Não deixa de ser intrigante que Marx vá buscar em Hobbes o apoio à tese da força de trabalho como mercadoria, uma vez que, como vimos antes, conscientemente – e não instintivamente – Ricardo já havia adotado essa perspectiva. A favor de Marx, devemos afirmar que em *O Capital* esses comentários já não aparecem, mas continua a referência a Hobbes, e não a Ricardo, muito embora o discurso deste seja explicitamente econômico, enquanto a assertiva de Hobbes encontra-se no capítulo X de *O Leviatã*, intitulado *Do poder, valor, dignidade e merecimento*. Embora Marx qualifique-o como economista, Hobbes não está desenvolvendo um raciocínio econômico. Porém, nas Teorias da Mais-Valia, Marx (1980, p. 327) apresenta uma citação de Hobbes em que este afirma textualmente que o trabalho de um homem “[...] igual a qualquer outra coisa, é uma mercadoria que se pode trocar com lucro”¹⁵.

Voltemos ao texto de Marx, para quem “[...] a mercadoria é, antes de tudo, ‘um objeto externo, uma coisa que’, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas” (MARX, 1999, p. 57, grifo nosso). Ora, sendo “[...] o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano” (MARX, 1999, p. 197), a força de trabalho não pode ser considerada mercadoria, porque: 1) não é um objeto, uma coisa, e sim a própria pessoa, que é o que Marx está designando por faculdades físicas e mentais; 2) não é externa ao seu possuidor.

Encontramos, pois, a primeira peculiaridade da ‘mercadoria’ força de trabalho: ela não se ajusta à própria definição de mercadoria.

Depois de afirmar que o valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, Marx salienta que o operário sabe “[...] que o que ‘entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho’...” (MARX, 1978b, p. 84, grifo nosso).

Estamos diante da segunda peculiaridade dessa ‘mercadoria’: seu proprietário vende uma coisa, a força de trabalho, e entrega outra, o trabalho, a ação da força de trabalho. Há aqui uma diferença enorme com as mercadorias verdadeiras. Vendido um piano, entrega-se um piano.

¹⁵Esta frase parece ter sido extraída de *O Leviatã*, mas não conseguimos encontrá-la na edição brasileira.

Mais adiante lemos que, “[...] ao vender sua força de trabalho [...] ele [o operário] cede ao capitalista o direito de empregar esta força, porém ‘dentro de certos limites racionais’” (MARX, 1978b, p. 92, grifo nosso)

O comprador, portanto, não pode usar a mercadoria da maneira que lhe parecer mais conveniente. Fazendo um paralelo com as mercadorias verdadeiras, tal restrição corresponde a tirar do comprador do piano o direito de tocá-lo ininterruptamente ou mesmo de destruí-lo; Em lugar de usá-lo de acordo com critérios próprios, deveria seguir um padrão racional. Uma restrição desse tipo não pode ser considerada econômica, mas uma regra moral, o que, no caso da força de trabalho, choca-se com o que fora escrito poucas páginas antes, quando Marx proclamava à sua plateia que

[...] pedir uma ‘retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa’, na base do salarizado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema de escravatura. O que pudesseis considerar justo ou eqüitativo não vem ao caso (MARX, 1978b, p. 81-82, grifo do autor).

Apesar disso, Marx está afirmando que o capitalista pode ser comedido na exploração do trabalhador e que este deve reivindicar daquele um comportamento racional.

Em outro momento da análise, desaparece a restrição ao uso da coisa vendida:

Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. O valor-de-uso do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira (MARX, 1999, p. 227).

Se o uso da força de trabalho pertence ao comprador, que direito tem o vendedor de reivindicar que ela seja empregada racionalmente? Detenhamo-nos um pouco nessa citação. Marx afirma que o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence ao vendedor. Mas este não vendeu a força de trabalho? Como, então, entrega trabalho? Admitindo-se que a ‘coisa’ alienada é o trabalho, permanece ainda indefinida a crucial questão da quantidade a ser entregue. O que foi estipulado no contrato, responderia Marx, ou seja, uma certa quantidade de horas. Assunto encerrado? Infelizmente não. Diz nosso autor que

[...] a força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho, pois só aí é despendida ‘determinada quantidade de músculos, de

nervos, de cérebro, etc., que se tem de renovar'. Ao 'aumentar este dispêndio, torna-se necessário aumentar a remuneração' (MARX, 19991, p. 201, grifos nossos).

O que significa dizer que a força de trabalho só se torna realidade na ação por quanto só aí é despendida determinada quantidade de músculos etc.? Não estaria essa observação denotando que, concretamente, em lugar da força de trabalho estaria o trabalhador vendendo de fato, o trabalho, isto é a ação da força de trabalho, o esforço realmente realizado? Não é isso que está implícito na sequência da argumentação, quando Marx é levado a afirmar que, ao 'aumentar este dispêndio, torna-se necessário aumentar a remuneração'?

Esse ponto é crucial. Revela-se aqui outra peculiaridade da 'mercadoria' força de trabalho: 'é impossível determinar a quantidade negociada'. Já vimos que o próprio Marx admite que, de fato, o que se entrega é o trabalho por um certo tempo. Ora, a quantidade de trabalho, ou seja, o gasto de energia por unidade de tempo varia segundo o ritmo da atividade. Dado que esse ritmo, em última instância determinado por quem executa o trabalho, está sujeito a oscilações de toda ordem – voluntárias e involuntárias –, chegamos à conclusão de que é impossível estabelecer previamente a quantidade de trabalho que será entregue. Ao contrário, essa quantidade será objeto de uma contenda permanente entre o comprador e o vendedor. Historicamente, ela se expressa na luta pela definição da jornada, do ritmo e das condições de trabalho¹⁶.

Se a força de trabalho fosse mesmo uma mercadoria, não haveria ocasião para esse tipo de revisão do ato de compra-venda. Voltemos à comparação com as mercadorias tangíveis ou mercadorias verdadeiras. O consumo de uma camisa ou de uma máquina deixa de ser uma relação entre o consumidor e o vendedor. Uma vez consumado o ato da compra-venda e tendo as partes concordado com as condições (quantidade, qualidade, preço) da troca, não tem o vendedor o direito de exigir do comprador um pagamento adicional pelo aumento do uso da máquina ou porque o comprador da camisa não a tira do corpo.

As considerações anteriores permitem chamar atenção para dois problemas na construção teórica de Marx. O primeiro, a enorme, para não dizer, a total impossibilidade de sustentar que, em lugar do trabalho, o que se vende é a força de trabalho. O segundo, pretender que a quantidade de esforço que

o trabalhador despende seja determinada objetivamente e que não seja o resultado – sempre incerto – de uma relação de forças políticas antagônicas entre o dono dos meios de produção e o trabalhador.

Todas essas idiossincrasias da força de trabalho não impedem Marx de continuar afirmando que "[...] no âmbito do sistema atual o trabalho é uma mercadoria como outra qualquer" (MARX, 1978b, p. 94), embora ele também vislumbre "[...] certos traços peculiares que distinguem o 'valor da força de trabalho' dos valores de todas as demais mercadorias [...]” (MARX, 2001, p. 94), peculiaridades devidas ao fato de o valor da força de trabalho ser “[...] ‘formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social’” (MARX, 1978b, p. 95, grifo nosso)¹⁷.

Não deixa de ser intrigante um pensador da estatura de Marx dizer que

[...] este elemento histórico ou social [...] pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o 'limite físico' (MARX, 1978b, p. 95, grifo do autor).

Marx está 'naturalizando' a força de trabalho, pois supõe que existe um limite físico determinado fora das sociedades concretas. Ora, com a devida vénia, não passa de uma obviedade dizer que os seres humanos, como qualquer ser vivo, fatalmente perecerão se não repuserem as energias gastas. Sabemos que o homem dorme, come, veste-se, habita, procria. Mas o tipo e quantidade do sono, do alimento, da vestimenta, da habitação e mesmo da procriação são determinados socialmente. Não há, portanto, dois componentes.

Quanto ao componente 'histórico e social', Marx diz que se refere ao "[...] padrão de vida tradicional em cada país", em cuja fixação (MARX, 2001, p. 95) "[...] a tradição histórica e o costume social" desempenham um importante papel (MARX, 2001, p. 95). Merece ser destacado que, mesmo discursando para trabalhadores, Marx tenha omitido completamente a luta dos trabalhadores na determinação do que em cada sociedade se considera necessário à subsistência¹⁸.

Como explicar tal omissão em um autor que havia proclamado a luta de classes como o motor da história? Em nossa opinião, essa omissão se deve à inabalável decisão de construir um pensamento

¹⁶Esse aspecto já havia sido percebido por Castoriadis (1979, p. 92), para quem "[...] a força de trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer, não só porque 'produz mais do que o que custa ao seu comprador', mas também porque é antecipadamente indefinível no seu conteúdo concreto, o que provoca que só seja mercadoria em sentido formal e vazio, e finalmente que 'não seja mercadoria' de modo nenhum."

¹⁷A esse respeito, Ricardo (1982, p. 83) já havia escrito que o preço natural do trabalho "[...] varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo essencialmente dos hábitos e costumes dos povos".

¹⁸Em *O Capital*, Marx observa que "[...] a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências particulares" (MARX, 2001, p. 201).

puramente econômico, o que exige a supressão de quaisquer outros elementos (políticos, éticos, filosóficos, morais, culturais, sexuais, étnicos etc.) que possam influenciar na determinação do salário. Marx quer mostrar aos trabalhadores que a objetividade da lei econômica deve ser o único critério na determinação do valor da mercadoria força de trabalho. Porém, como vimos nesta revisão da sua argumentação, a aplicação da lei do valor à explicação do salário só pode ser feita à custa de fechar os olhos para todos os indícios que negam essa possibilidade.

Considerações finais

Na chamada das notícias do dia, uma apresentadora de TV anunciou que nove reais e cinquenta centavos haviam salvado a vida de um homem, vítima de um assalto à mão armada. Quando foi apresentada a reportagem, ficamos sabendo que a bala que iria atingir o coração do assaltado foi desviada por uma caneta que o homem trazia presa ao bolso do paletó e pela qual pagara nove reais e cinqüenta centavos.

Um acontecimento absolutamente físico, entre dois objetos perfeitamente físicos e conhecidos, uma bala de revólver e uma caneta, foi transformado em uma relação entre uma coisa física, a bala, e algo completamente abstrato, o valor monetário da caneta, o dinheiro. Como tal transformação foi possível? Por que não foi dito algo como ‘o gosto pela escrita ou pelas canetas salva a vida de um homem?’ A nosso ver, somente uma época dominada pelo economicismo poderia produzir uma versão do assalto em que o dinheiro, completamente ausente do fato, foi magicamente colocado na cena e no papel de herói.

Sabemos que a perspectiva monetária é a perspectiva dos capitalistas, daqueles cuja existência está dedicada à acumulação da riqueza material e que, portanto, o economicismo se expande proporcionalmente ao avanço do capitalismo. Se fosse somente por isso, a perspectiva economicista poderia sempre ser considerada unilateral, interessada. Daí a importância do economicismo científico, da visão de mundo capitalista, referendados pela ciência, que se supõe neutra em relação aos conflitos sociais, políticos e econômicos. Essa foi a grande contribuição que ao capitalismo deu a Economia Política ao propor que o mercado seria uma instituição independente da sociedade política. E tudo ficou ainda mais complicado quando Marx, apesar de sua militância revolucionária, convenceu-se de que a anatomia da sociedade burguesa deveria ser procurada na economia política, aceitando, portanto, que o mercado poderia ser

entendido como uma entidade autônoma. Como decorrência, assumiu um dos axiomas dos fundamentais da Economia Política, a proposição de que o trabalho é uma mercadoria como outra qualquer. Assim procedendo, Marx jogou água no moinho do economicismo científico.

Para dar consistência lógica – científica – ao economicismo, Marx corrigiu a Economia Clássica dizendo que, de fato, a mercadoria vendida pelo operário não é o trabalho, mas a força de trabalho. Submetida a um exame, vimos que essa suposição apresenta diversas debilidades. Os próprios textos de Marx estão eivados de evidências contrárias: 1) o operário vende força de trabalho e entrega trabalho; 2) o custo de produção e, portanto, o valor da força de trabalho, não pode ser calculado com a exatidão alcançada no cálculo do valor das mercadorias reais; 3) é impossível definir a quantidade vendida; 4) o comprador não tem o direito de usar a mercadoria da maneira que quiser.

Além dessas evidências, vimos que vários autores já haviam destacado que a explicação dos salários pela lei do valor não está imune a questionamentos. Todas essas contraprovas se constituem em sérios desafios a um raciocínio viciado desde sua origem – o de que a força de trabalho é uma mercadoria –, pois, como foi mostrado através do cotejo das definições de mercadoria com a força de trabalho, esta última não poderia ser considerada uma mercadoria, pois não é uma coisa, um objeto externo ao ser humano, e sim o próprio homem em toda sua integralidade.

Parece, pois, que, se por um momento nos desfazemos dos antolhos do economicismo, poderemos ver que tratar o ser humano – posto que a capacidade de trabalho não é senão uma manifestação da vida humana – como mercadoria não passa de uma piroeta mental para referendar cientificamente a visão capitalista do mundo, seja para combatê-la, como fez Marx, seja para justificá-la, como fez a Economia Política e todo pensamento econômico.

Referências

- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, J. **Marx crítico de Marx**. Lisboa: Afrontamento, 1977a. v. I
- BERNARDO, J. **Marx crítico de Marx**. Lisboa: Afrontamento, 1977b. v. II.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV a XVIII – Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário.** Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1979.
- COUTINHO, M. C. **Lições de economia política clássica.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- DUMOND, L. ***Homo aequalis***: gênese e plenitude da ideologia econômica. São Paulo: Edusc, 2000.
- HIMMELWEIT, S. Valor da força de trabalho. In: BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 400-401.
- HOBBS, T. **Leviatã.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LANGE, O. **Excerpts of 'Marxian economics and modern economic theory'**, 1935. Disponível em <http://www.econc10.bu.edu/economic_systems/Theory/Marxism/Contemporary_Economics_and_Marxism/oskar_lange_0n_marxism_lg.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- MARX, K. **O Capital-crítica de economia política**-livro primeiro: o processo de produção do capital. 17. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1978a.
- MARX, K. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Abril Cultural, 1978b.
- MARX, K. **Teorias sobre la plusvalía.** México: Fondo de Cultura, 1980. (3 volumes).
- OLIVEIRA, A. R. **Marx e a liberdade.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.
- POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, K. The economicistic fallacy. **Review**, v. 1, Summer, p. 9-18, 1977.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. **Investigación sobre la naturaleza y las causas de la riqueza de las naciones.** México: Fondo de Cultura, 1958.
- SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro: 1985
- TEIVAINEN, T. Overcoming economism. **Review**, v. 25, n. 3, p. 317-342, 2002.
- WHEEN, F. **Karl Marx.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Received on September 17, 2012.

Accepted on November 12, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.